



Plano Participativo para a Primeira Infância da Maré 2024

 PORTICUS

rede^{da}maré



PRIMEIRA
INFÂNCIA
NA MARE

SUMÁRIO

PARTE 1

O processo participativo

Metodologia	9
Referenciais Normativos da Primeira Infância.....	18
Indicadores sobre a Primeira Infância na Maré	20
O que as crianças e suas famílias querem para a Maré	27

PARTE 2

Plano participativo para a primeira infância da Maré

Eixos Prioritários	32
Ações Estratégicas	34

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caminhos de incidência política, monitoramento e avaliação	55
--	----

ANEXO

Indicadores Sobre a Primeira Infância por Regiões da Maré.....	59
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES.....	72
-------------------------------------	----

FICHA TÉCNICA	74
---------------------	----

APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação e anseio por ver transformações efetivas nas condições de vida das crianças que vivem e crescem no conjunto de favelas da Maré que apresentamos o primeiro **Plano Participativo para a Primeira Infância da Maré**. Com ele, buscamos fixar as prioridades para a garantia dos direitos das crianças de 0 a 6 anos da Maré e traçar estratégias político-institucionais para alcançá-los. Como um “plano”, temos aqui um guia que nos norteia quanto aos caminhos a serem priorizados por qualquer pessoa ou instituição interessada em provocar processos de incidência política em escala municipal, estadual, nacional e internacional visando os interesses locais de crianças, adolescentes, jovens e adultos quando incitados a considerar os desafios da Primeira Infância na Maré.

Este documento e o processo de sua elaboração são inéditos em um contexto de favelas no Brasil. Temos um significativo número de planos para a Primeira Infância nos estados e municípios brasileiros, desde a publicação do Plano Nacional da Primeira Infância em 2010, mas não temos registros de planos de iniciativa local e participativa em territórios de favela de grandes cidades.

Certamente, na Maré, é a primeira vez que uma iniciativa como essa é realizada e de forma tão potente. Após uma etapa intensa de pesquisa domiciliar para diagnosticar as condições e os desafios da Primeira Infância na Maré (também inédita), a Redes da Maré desenvolveu uma metodologia de incidência política para não apenas conhecer a realidade, como também transformá-la. Foram meses de trabalho de mobilização comunitária, articulação das redes locais de atenção social, reuniões com especialistas, instituições públicas, gestores e tomadores de decisão sobre os direitos da criança.

Foram, também, diversos encontros com os integrantes do Comitê

Científico que acompanhou todo o processo, prezando por sua integridade e seriedade; pré-conferências em distintas áreas do território da Maré para assegurar a ampla participação da população e organizações locais; atividades com as próprias crianças para que expressassem em primeira voz seus interesses; por fim, culminando na **I Conferência da Primeira Infância da Maré**, realizada dentro da Maré, com a participação de moradores, trabalhadores e ativistas locais, sentados lado a lado com gestores e representantes dos governos federal, estadual e municipal, além de organizações de atuação nacional e internacional como observadores externos – todos com o interesse comum de construção coletiva e valorização dos saberes e experiências locais.

Refletindo esse significativo processo participativo, este documento consolida o Plano PIM, não apenas como um produto em si mesmo, mas como uma ferramenta de trabalho para a abertura de novos caminhos de atenção e cuidado com as crianças na Primeira Infância em um dos territórios mais populosos do Brasil.

Redes da Maré

PARTE 1

O processo participativo



METODOLOGIA

Para fins de gerar uma produção técnica e participativa que contemplasse a variedade de saberes e experiências locais – de moradores adultos e crianças, trabalhadores das redes locais de proteção social, educadores, especialistas e ativistas no campo dos direitos da criança e do adolescente – o processo de desenvolvimento deste Plano se dividiu em 2 fases.

A primeira fase foi de pesquisa domiciliar, conduzida entre 2020 e 2023, com a realização do diagnóstico situacional sobre a Primeira Infância na Maré¹. Trata-se de diagnóstico inédito no Brasil em território de favela, envolvendo 2.144 famílias e dezenas de profissionais das redes de serviços públicos sociais na região. Ainda, para a produção de dados qualitativos, foram realizados diversos grupos de acompanhamento contínuo com crianças e com familiares, os quais revelaram dimensões subjetivas, políticas e comunitárias sobre a experiência da Primeira Infância na Maré.

A segunda fase consistiu no processo de construção participativa do primeiro Plano para a Primeira Infância na Maré, através de uma série de etapas de escuta a especialistas, profissionais da rede local de proteção social, moradores, profissionais e ativistas da Maré e, claro, às próprias crianças. Estas formas de participação foram segmentadas nas seguintes frentes de participação:

1 - Redes da Maré (2023), “**Primeira Infância nas Favelas da Maré: Acesso a direitos e práticas de cuidado**”. Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/Pesquisa_Primeira_Infancia_na.pdf

Comitê Científico

Uma iniciativa para fomentar um olhar especializado sobre todo o processo de conferências e elaboração do Plano Participativo para a Primeira Infância da Maré, por meio de discussões e contribuições articuladas diretamente com profissionais de instituições de pesquisa e serviços públicos nas áreas das políticas setoriais da Saúde, Educação, Assistência Social e Justiça.

Instituições Integrantes do Comitê Científico:

- Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - RJ/Rede Não Bata, Eduque
- Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância-CIESPI/PUC-Rio
- Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Conselho Tutelar de Bonsucesso
- Coordenadoria de Educação Infantil e Primeira Infância - SME RJ
- CRAS Nelson Mandela
- CREAS Stella Maris
- Hospital Geral de Bonsucesso - Serviço Social
- Observatório dos Conselhos Tutelares- UFRJ
- Projeto Uerê
- Redes da Maré



2º Encontro do Comitê Científico realizado no dia 18/04/2024, na Casa das Mulheres da Maré.

Pré-Conferências

Atividades de caráter consultivo realizadas no período de 17 a 24 de maio de 2024, em diferentes áreas da Maré (Áreas 1, 2 e 3 sinalizadas no mapa abaixo), envolvendo moradores, associações de moradores, famílias e profissionais atuantes no território, com o objetivo de coletar propostas, qualificar e discutir os dados advindos do diagnóstico situacional e atualizar as principais demandas e sugestões que fundamentam tanto a elaboração do Plano Participativo para a Primeira Infância da Maré como o fortalecimento de uma cultura comunitária efetiva de priorização da Primeira Infância.



Pré-Conferência da Área 1, realizada no EDI Cleia Santos de Oliveira, no dia 23/05/2024.



Pré-Conferência da Área 3, realizada no EDI Armando de Salles Oliveira, no dia 20/05/2024.



Coleta de propostas realizada com o grupo de Pais do Curso Preparatório para o Ensino Médio da Redes da Maré, realizado na sede da Vila dos Pinheiros no dia 24/05/2024.

Oficina de escuta participativa com crianças

Atividade de consulta a crianças, com métodos lúdicos e dinâmicos², sobre suas percepções sobre os desafios da Assistência Social, Saneamento Básico, Educação, Lazer e Cultura, Rede de Apoio e Práticas de Cuidado e Segurança Pública e Violência. A oficina foi realizada no dia 29 de maio de 2024 com 15 crianças participantes das atividades da Areninha Cultural Herbert Vianna e Biblioteca Jorge Amado da Redes da Maré, com idades entre 4 anos de idade e 11 anos, sendo seis destas com idades entre 4 anos e 6 anos de idade, compondo o grupo da Primeira Infância da Maré.

Oficina sobre Práticas de Cuidado na Casa das Mulheres da Maré

Duas atividades de consulta a mulheres que atuam em projetos da Casa das Mulheres da Maré com o intuito específico de coletar propostas de ação sobre práticas de cuidado, reconhecendo o papel das mulheres como as principais responsáveis pelos cuidados das crianças (como mães, avós, tias, vizinhas), de acordo com os achados do diagnóstico situacional.



Grupo de Trabalho sobre Práticas de Cuidado, realizado durante a reunião do projeto Mulheres em Movimento na Casa das Mulheres da Maré, no dia 12/07/2024.

2 - Métodos inspirados em Porto, Lacerda & Rizzini (2023), “**Dialogando com as crianças Olhar sensível e escuta atenta**”. Rio de Janeiro: CIESPI. Disponível em <https://www.ciespi.org.br/site/collections/document/3663>

I Conferência da Primeira Infância da Maré

Realizado em 28 de junho de 2024, este evento sem precedentes na Maré reuniu desde moradores, trabalhadores e ativistas locais, até gestores de políticas e serviços públicos que atuam na Maré (escolas, CRAS, unidades de saúde, conselho tutelar, etc.); e representantes dos governos federal, estadual e municipal (como o Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a presidência da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente da Câmara Municipal, o presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, entre outros), além de organizações de atuação nacional e internacional como observadores externos (UNICEF Brasil, Instituto Alana, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, entre outros).

Ao longo de todo o processo que antecedeu a Conferência, participantes foram apresentados a um “Instrumento de Coleta de Contribuições”, onde puderam submeter propostas de ações prioritárias para deliberação na conferência. No total, foram 85 propostas recebidas ao longo das etapas preparatórias e submetidas à deliberação dos 152 participantes da conferência, por meio da separação em Grupos de Trabalho nos temas: Assistência Social; Educação; Lazer, Cultura e Esporte; Saneamento Básico; Saúde, Segurança alimentar e Práticas de cuidado; Segurança Pública, Violência e Acesso à Justiça.



Abertura da I Conferência da Primeira Infância da Maré,
realizada na Areninha Cultural Herbert Vianna, no dia 28/06/2024.



Validação das propostas para o Plano Participativo para a Primeira Infância
da Maré, durante a Conferência da Primeira Infância no dia 28/06/2024.



**PRÉ-CONFERÊNCIA
PRIMEIRA INFÂNCIA DA MARÉ**

15 DE MAIO | QUARTA-FEIRA | 9h30

EDI Cleia Santos de Oliveira
Rua Sargento Silva Nunes, 1008 — Nova Holanda

- Parque Maré • Nova Holanda
- Parque União • Rubens Vaz

**PRÉ-CONFERÊNCIA
PRIMEIRA INFÂNCIA DA MARÉ**

17 DE MAIO | SEXTA-FEIRA | 9h30

CIEP Ministro Gustavo Capanema
Via A Um — Maré

- Morro do Timbau • Baixa do Sapateiro
- Salsa e Merengue • Nova Maré
- Conjunto Bento Ribeiro Dantas
- Conjunto Esperança • Vila do João
- Vila dos Pinheiros • Conjunto Pinheiros

**PRÉ-CONFERÊNCIA
PRIMEIRA INFÂNCIA DA MARÉ**

20 DE MAIO | SEGUNDA-FEIRA | 9h30

EDI Armando de Salles de Oliveira
Rua Gerson Ferreira, 52 — Maré

- Roquete Pinto
- Piscinão de Ramos

**CONFERÊNCIA
PRIMEIRA INFÂNCIA DA MARÉ**

28 DE JUNHO | SEXTA-FEIRA | 9h

Areninha Cultural Herbert Vianna
Rua Evanildo Alves s/nº — Maré

Divulgação das atividades participativas abertas ao público

REFERENCIAIS NORMATIVOS

DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Informam este processo importantes marcos políticos e normativos no Brasil sobre a Primeira Infância, no campo dos direitos das crianças. O Marco Legal da Primeira Infância (lei nº 13.257, de 2016), inaugura esta trajetória mais recente, estabelecendo as diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas específicas para crianças de 0 a 6 anos, como sujeitos em desenvolvimento, segundo o princípio da prioridade absoluta estabelecido no artigo 227 da Constituição Federal e no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 1990).

Já o Plano Nacional pela Primeira Infância, elaborado pela Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) e aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), em 2010 (revisado e atualizado em 2020), orienta decisões, investimentos e ações de proteção e de promoção dos direitos das crianças na Primeira Infância. O processo participativo que lhe deu origem serve de modelo para a construção de planos e políticas estaduais e municipais que o sucederam.

No caso do Rio de Janeiro, a Política Estadual pela Primeira Infância (lei estadual nº 9.503, de 2021) é um marco recente no estado que assegura o atendimento dos direitos da criança na Primeira Infância, com vistas ao seu desenvolvimento integral, instando os municípios a coparticiparem da política através de seus planos municipais a serem desenvolvidos com participação social.

A cidade do Rio já contava com o Plano Municipal pela Primeira Infância do Rio De Janeiro, proposto por um grupo de trabalho ligado à RNPI e deliberado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA-Rio) (Deliberação nº 1.042 de 2013 DS/CMDCA), e prioriza a articulação intersetorial na construção e na implementação de políticas públicas às múltiplas demandas pelo bem-estar da população infantil do município, em especial as que vivem em con-

dições adversas de pobreza. A RNPI segue promovendo o desenvolvimento de planos municipais no Brasil, como um importante passo para a priorização da Primeira Infância nas gestões locais. Entretanto, um desafio fundamental vem sendo suas implementações, com alocações orçamentárias precárias e sujeitas a discontinuidades.

Mas especialmente no que toca ao presente documento, ainda é rara a formulação de políticas voltadas para a Primeira Infância em territórios de favela e em periferias urbanas. Em meio a lacunas de referenciais específicos para lidar com o que foi encontrado no diagnóstico da Primeira Infância da Maré, surgiu a demanda de produção de um plano local, participativo e autogerido, como uma iniciativa inovadora para se enfrentar os desafios específicos que as crianças enfrentam ao crescer em contextos de negligência estatal.

Apesar deste não ser um plano de iniciativa do poder público que disponha de força político-normativa e mesmo de orçamento para sua viabilidade, acreditamos que sua força vem justamente de sua origem: da mobilização comunitária, do empenho coletivo, da participação e envolvimento de diferentes setores da sociedade e de diferentes perfis populacionais. Para garantir sua adequação como um plano conectado aos preceitos dos importantes marcos mencionados acima, orientaram o processo de sua construção dois documentos de referência: a cartilha da UNICEF “Plano Municipal para a Primeira Infância: um passo a passo para a elaboração” e da Rede Nacional Primeira Infância “Guia para elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância”, dos quais se extraem os métodos cruciais para garantir a ampla participação da comunidade local e, especialmente, das próprias crianças.

Mais recentemente, no dia anterior à nossa I Conferência da Primeira Infância da Maré, o Governo Federal emitiu o Decreto 12.083/2024 que estabelece diretrizes para a elaboração da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância por meio de um Comitê Intersetorial. Este renovado compromisso com a Primeira Infância foi muito bem recebido pelos presentes na Conferência, com expectativas de vermos priorizados, nas próximas etapas de construção nacional, os direitos de crianças que crescem em territórios de favelas e periferias urbanas.

INDICADORES SOBRE A PRIMEIRA INFÂNCIA NA MARÉ


Em 2019, o Censo Maré indicava que havia **47.758 residências** distribuídas nas 15 favelas e na favela de Marcílio Dias - favela com proximidade histórica com os movimentos e lutas da Maré - e **14.885 crianças de 0 a 6 anos**. O diagnóstico situacional “Primeira Infância nas Favelas da Maré: Acesso a direitos e práticas de cuidado³” realizou **entrevistas domiciliares a 2.144 pessoas** responsáveis por um total de **2.796 crianças na Primeira Infância**. Os seguintes indicadores sociais foram sistematizados:

3 - Ibid. Redes da Maré (2023), “**Primeira Infância nas Favelas da Maré**”.

Perfil sociodemográfico de participantes do Diagnóstico

 **94% mulheres**, sendo 83% mães e 17% avós. **51,3% parda**, 24,8% brancas, 23,1% preta

 **RENDA**
32,8% têm renda mensal familiar de até 1 salário-mínimo

 **MORADIA**
42,2% das famílias moram em **casas alugadas** e 8,6% moravam de favor ou por ocupação/posse da residência.
44,7% informaram que, em dias de chuva, suas ruas ficam **alagadas**.

 **COMPOSIÇÃO DOMICILIAR**
Média de **4,32 pessoas** por domicílio.
18,5% com mais de 5 pessoas, chegando até 15 pessoas

Número de crianças na primeira infância (0 a 6 anos) por domicílio

1 criança:	74,5%	4 crianças:	0,5%
2 crianças:	21,4%	5 ou 6 crianças:	0,1%
3 crianças:	3,5%		

Acesso ao Direito à Saúde



96,7% das famílias afirmaram que as crianças **possuem Caderneta da Criança**



92% as usam, principalmente, para a vacinação das crianças

64,6% da população respondente enfrenta algum tipo de **dificuldade no acesso ao direito à saúde** e a equipamentos públicos na Maré.

Taxa de Mortalidade Infantil

Em 2021, o Brasil registrou **11,9 óbitos** entre menores de 1 ano para cada 1.000 nascidos vivos.

No Estado do Rio de Janeiro, a taxa foi de **12,7** por 1.000 nascidos vivos, no mesmo ano.

Na Maré, **60 dos 2.144** respondentes indicaram que alguma criança da família morreu.

Causas das mortes informadas nas entrevistas incluem: **broncoaspiração, problemas cardiorrespiratórios, pneumonia, problemas no parto, desnutrição e erro médico.**

85 respondentes indicaram **complicações após o parto.**

Acompanhamento Durante a Gestação:

36,1% das mães **não tiveram acompanhamento do pai**

Sobre as múltiplas dificuldades encontradas durante a gestação:



Taxa de Nascimento Prematuro na Maré:



Nascimento das crianças

59,0% nasceram a termo, 35,7% pré-termo, 0,2% pós-termo.

42,6% com peso adequado,

39,6% com baixo peso,

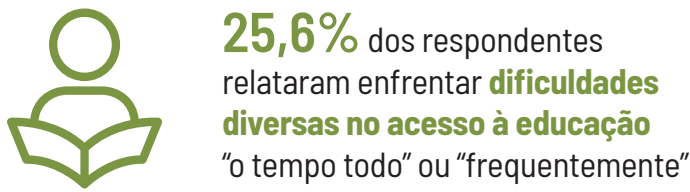
10,0% com peso insuficiente,

1,5% com peso macrossômico.

2,6% tiveram problemas com a saúde do bebê.

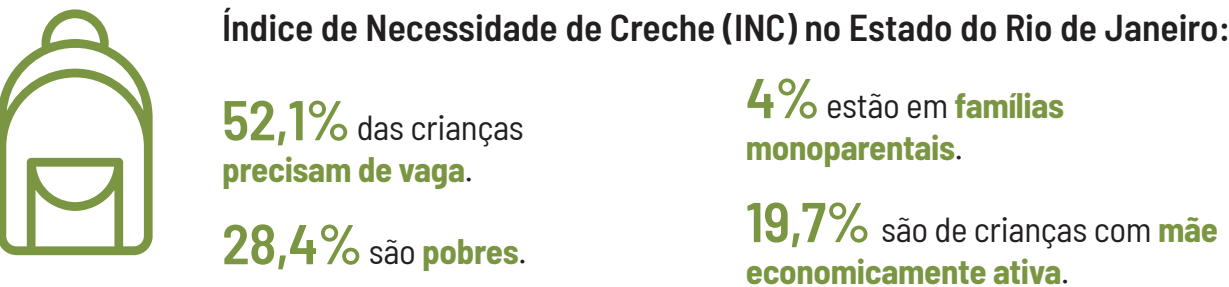
Acesso à Educação

Na Maré, apesar do aumento do número de escolas nos últimos anos, a realidade das crianças de 0 a 6 anos explicita a dificuldade de acesso à educação como uma constante na vida das famílias.

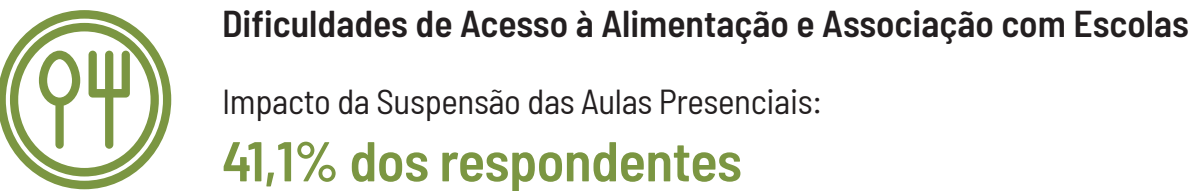


29,5% os respondentes com crianças de 0 a 3 anos indicaram haver **falta de vaga**.

62,9% das crianças de 0 a 3 anos estão **fora da creche** (53,2% das crianças de 1 a 3 anos).



No município do Rio de Janeiro, **53,8% das crianças** de 0 a 3 anos **necessitam de creches**.



Desafios da Assistência Social

22% dos respondentes relataram ter **dificuldade de acesso à política pública de assistência social**

57,4% das famílias **não recebem nenhum benefício**

42% acessam **benefícios socioassistenciais**

Impacto direto na Primeira Infância: O maior dispêndio das famílias pobres foi identificado como sendo com alimentação, especialmente no período da pandemia, quando a dificuldade de acesso integral a benefícios comprometeu a segurança alimentar de famílias e o acesso à alimentação adequada para o desenvolvimento infantil.

Iniciativas solidárias supriram demandas sociais desatendidas, como a Campanha *Maré Diz Não ao Coronavírus* da Redes da Maré, que distribuiu 1.980 toneladas de alimentos entre março e dezembro de 2020.

Cuidados e atividades infantis



84,7% das crianças são cuidadas por suas **mães**.

94,7% das crianças moram com a mãe e mantêm contato diário com ela, em contraste, **53,4%** moram e mantêm contato com o pai diariamente.



É muito significativo que **59,8%** dos respondentes consideram que as crianças da casa **não têm acesso a lazer, à cultura e a esportes** na Maré.

Os dados sobre rede de apoio mostram que **22,5%** quando precisa sair ou trabalhar **não têm com quem deixar a/as criança/as**.

A seguir, detalhamos como se manifestam as atividades recreativas da Primeira Infância na Maré.

O Direito de Brincar



Com quem as crianças de 0 a 6 mais brincam?

47,2%

Amigos e Vizinhos

12,1%

Responsáveis

36,2%

Irmãos e Familiares

3,7%

Sozinhas

Locais de brincadeira

88,4%

Em casa

63,3%

Espaços Públicos (Ruas e Praças)

16%

Casa de Parentes

1,6%

Igreja

0,4%

Instituições



Atividades de brincadeira

63,3%

Brinquedos, desenhos, massinha, jogos

16,2%

Atividades criativas

45,4%

Assistir à TV

3,3%

Dançar

42,4%

Uso de telas (celulares, computadores, tablets)

3,0%

Pular (Pula-Pula)

30,8%

Brincadeiras coletivas

1,8%

Jogar videogame

19,1%

Esportes ou jogos com bola

1,4%

Cantar

Exposição de crianças a contextos de violência



38,2% (819 respondentes) indicaram que as crianças sob seus cuidados já presenciaram algum tipo de violência.



29,3% dos respondentes consideraram que a violência afeta a rotina da criança.

39,6%

das crianças de 0 a 6 anos estão nos 819 domicílios em que as crianças já presenciaram algum tipo de violência

8,0%

das crianças de 0 a 6 anos estão nos 170 domicílios em que presenciaram a violência policial.

20,0%

das crianças de 0 a 6 anos estão nos 411 domicílios em que presenciaram outras pessoas se agredirem.

7,0%

das crianças de 0 a 6 anos estão nos 150 domicílios em que presenciaram outros parentes se agredirem.

14,8%

das crianças de 0 a 6 anos estão nos 315 domicílios em que presenciaram os responsáveis se xingarem.

4,1%

das crianças de 0 a 6 anos estão nos 83 domicílios em que presenciaram os responsáveis se agredirem.

O QUE AS CRIANÇAS QUEREM PARA A MARÉ

Consultadas sobre os problemas que identificam na Maré e os desejos que elaboram para uma vida melhor, 15 crianças (com idades entre 4 e 11 anos, sendo seis destas com idades entre 4 e 6 anos, compondo o grupo da Primeira Infância) expressaram:



No dia a dia de vocês, o que atrapalha o sorriso e deixa vocês tristes? o que é ruim?

T: “é muito ruim acordar e não ir pra escola por causa da Operação Policial, é muito ruim xingar e bater também...”

H: “fico triste quando não posso brincar no balanço, quando ele fica quebrado...”

R: “é ruim ter briga de adulto”

V: “quando os adultos brigam...”

G: “é ruim ver briga de menina. Briga um com o outro. “O fogo na Vila Olímpica também me deixou triste...”

S: “quando tem operação e a polícia entra na casa”

K: “xingar os amigos, dar um bandão...”

A: “brigar e bater no outro...”

Abrahão: “eu fico triste quando os meninos me batem...”

T: “quando os policiais entram em casa e eu fico com medo de me pegar...”

A: “bater um no outro me deixa triste...”

T: “eu fico triste quando estou machucada e não posso ir na escola...”

H: “quando me batem de chinelo.”



O que mais você gosta de fazer na Maré? O que te faz feliz na Maré?

C: "escola"

T: "ir para a escola para aprender a ler"

G: "eu gosto de ir para a escola e brincar de pique pega"

S: "eu gosto de brincar"

T: "eu gosto de ler"

A: "eu gosto de estudar"

H: "me divirto brincando"

R: "eu gosto de brincar na piscina"

T: "na Maré eu gosto de ir pra igreja, brincar de pique garrafão e pique bolinha nas costas..."

A: "jogar bola e soltar pipa"

G: "futebol e soltar pipa"

A: "eu gosto de vir pra cá e fazer a aula da Tia Sandra⁴."

T: "tomar banho de piscina, ir na igreja e na capoeira!"

Especificamente sobre os temas de foco no processo de formulação do Plano Participativo para a Primeira Infância da Maré, alguns destaques:

Sobre enchentes nas ruas: "o bueiro não tá sugando a água..."

Sobre brincar em espaços públicos: "falta Balanço...", "eu gostaria de ter uma praça com piscina, falta piscina..."

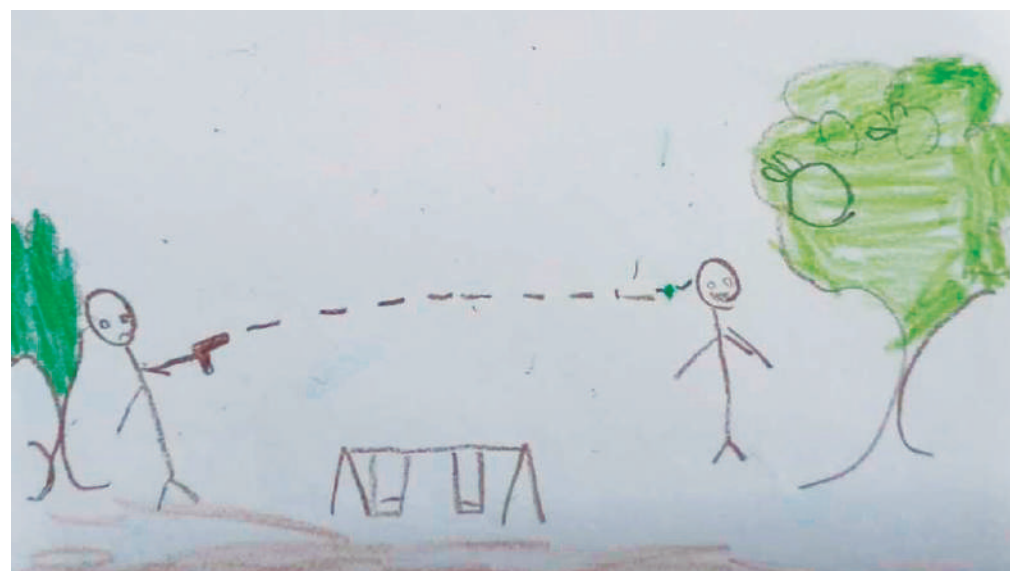
Sobre limpeza urbana: "outro dia, a Praça da Paz estava cheia de lixo, não dava pra brincar...", "o lixo é feio e fedorento"

Sobre acesso a água potável: "eu bebo água gelada, minha mãe pega na minha prima, não tem filtro lá em casa...", "minha mãe pega água na bica e na geladeira...filtro só tem na minha tia..."

⁴ - Tia Sandra é bibliotecária e coordena as atividades com crianças Areninha Cultural Herbert Vianna

Sobre ir ao médico: "tem maior filão"

Sobre operações policiais: "Sabe por que eles entraram na minha casa? Minha mãe estava na sala, no celular, a porta aberta, aí tinha dois policiais lá fora e passou e olhou e deu maior porradão na porta, pow! Eles entraram armados e viram lá dentro e saíram, não encontraram nenhuma droga e nenhum radinho!"



Desenho feito por criança durante a Oficina Direitos e Desejos - Situação de Violência - Biblioteca Jorge Amado, em 29/05/2024.



Desenho feito por criança durante a Oficina Direitos e Desejos- Praça Arbo- rizada - Biblioteca Jorge Amado, em 29/05/2024.

PARTE 2

Plano participativo para a primeira infância da Maré



O resultado do processo participativo descrito na Parte 1 é um conjunto de 159 propostas deliberadas coletivamente e aprovadas em assembleia durante a I Conferência da Primeira Infância da Maré. As propostas são de **ações** que visam contornar problemas identificados no diagnóstico situacional, a partir de **prioridades** estabelecidas para diferentes **eixos temáticos** que cobrem as múltiplas dimensões dos direitos da Primeira Infância, quanto a políticas setoriais e inter-setoriais que se pretende impulsionar.

As propostas se dirigem a diversos setores da sociedade, como sociedade civil, universidades, setor privado, agências de fomento e, principalmente, o poder público municipal, estadual e federal. Por ser um plano local, específico ao Conjunto de Favelas da Maré, os órgãos do município foram especialmente designados para conduzir as ações propostas. Entretanto, a designação de responsáveis tem um caráter apenas indicativo para que caminhos de incidência política sejam criados junto a estes e outros atores para que se adotem medidas para a realização deste plano.

EIXOS PRIORITÁRIOS

EIXO	PRIORIDADES
1. Intersetorialidade e participação coletiva	1.1 Promoção da eficiência de políticas públicas na construção da justiça social 1.2 Fomento à produção e transparência de dados
2. Assistência Social e Acesso à Cidadania	2.1 Enfrentamento às desigualdades extremas e estruturais que afetam a Primeira Infância nas 15 favelas da Maré 2.2 Elevação da agenda da Primeira Infância como prioridade na rede de proteção social da Maré
3. Saúde, Bem-Estar e Segurança Alimentar	3.1 Ampliação e qualificação do atendimento em saúde para a Primeira Infância na Maré 3.2 Conscientização dos cuidados em saúde para a família 3.3 Promoção da atenção integral e inclusão cidadã para a Primeira Infância na Maré
4. Saneamento básico e combate ao racismo ambiental	4.1 Redução da exposição a riscos relacionados a lacunas de políticas sociais e serviços de saneamento básico 4.2 Transformações estruturais por equidade urbana na Maré

EIXO	PRIORIDADES
5. Educação	5.1 Promoção da educação universal e o enfrentamento da exclusão escolar das crianças 5.2 Promoção e aplicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva nas escolas, EDIs e creches da Maré
6. Práticas de Cuidado	6.1 Valorização das redes de solidariedade criadas pelas pessoas responsáveis e cuidadoras de crianças na Primeira Infância em suas práticas de cuidados saudáveis e eficazes, diante das suas realidades e desafios enfrentados na Maré 6.2 Enfrentamento às condições de não-cuidado e acolhimento das crianças pretas e faveladas, assim como atenção qualificada para as responsáveis “solo” (mãe, avó tia)
7. Lazer, Cultura e Direito de Brincar	7.1 Promoção de um ambiente comunitário saudável e acolhedor para o desenvolvimento infantil 7.2 Desenvolvimento de práticas de educação sobre acesso às redes de práticas de cultura e lazer que substituem o uso e efeito das telas no desenvolvimento das crianças
8. Garantia de Direitos e Acesso à Justiça	8.1 Proteção de crianças na Primeira Infância contra todas as formas de violências e maus tratos 8.2 Manutenção de ambiente comunitário seguro, estável e adequado para o desenvolvimento infantil

AÇÕES ESTRATÉGICAS

EIXO 1 - Intersetorialidade e Participação Coletiva

Prioridade 1.1

Promoção da eficiência de políticas públicas na construção de justiça social

AÇÕES

RESPONSÁVEIS

1. [PRIORIDADE SETORIAL] Construir políticas públicas para a Primeira Infância na Maré com escuta e participação de crianças e suas famílias (através de fórum participativo), para atender a demandas reais com modelos de solução que efetivamente funcionem no território.

CMDCA-Rio em articulação com a Câmara Municipal e a Prefeitura

2. Executar ciclos contínuos de implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas para identificar desafios locais a modelos externos.

CMDCA-Rio, Gestores municipais, estaduais e federais

3. Criar Fórum intersetorial das políticas setoriais e redes comunitárias atuantes na Maré (assistência social, saúde, educação, cultura, segurança pública) com foco no atendimento na Primeira Infância.

Representantes dos poderes municipal, estadual e federal junto à rede local de serviços e políticas intersetoriais; setor privado; organizações locais da Maré; associações de moradores

4. Ampliar o acesso e disseminar informação à população sobre os direitos da Primeira Infância, serviços disponíveis localmente e políticas públicas abrangentes.

CREAS, CRAS e Agentes Comunitários de Saúde

5. Mobilizar moradores para discussões públicas sobre direitos da Primeira Infância e serviços disponíveis na Maré.

Associação de Moradores, coletivos e organizações locais da Maré

6. Fortalecer e revitalizar políticas e serviços públicos atuantes na Maré e adjacências para viabilizar o uso adequado por crianças e familiares

Prefeitura e Câmara Municipal

EIXO 1 - Intersetorialidade e Participação Coletiva

Prioridade 1.2

Fomento à produção e transparência de dados

AÇÕES

RESPONSÁVEIS

1. [PRIORIDADE SETORIAL] Garantir condições materiais e tecnológicas para implementação do SIPIA (Sistema de Informação para a Infância e Adolescência) no 11º Conselho Tutelar de Bonsucesso, garantindo o desenvolvimento de uma base unificada de informações sobre violações contra as crianças na Primeira Infância na Maré, os encaminhamentos realizados e as barreiras encontradas.

SMAS e Conselho Tutelar

2. Fomentar e realizar pesquisas científicas e produção de dados sobre a Primeira Infância e as barreiras de acesso a direitos com objetivo de fundamentar a elaboração de políticas públicas baseadas em evidências.

Agências públicas de fomento à pesquisa, Fundações privadas, Universidade, Centros de pesquisa

3. Garantir a transparência dos dados públicos sobre a cobertura real de políticas, serviços e benefícios sociais a famílias com crianças na Primeira Infância.

Prefeitura, CRAS, CREAS, CRE

4. Garantir a participação da comunidade local, da sociedade civil e das próprias crianças na produção de dados, execução de políticas públicas e construção de projetos que realmente atendem às demandas locais.

CMDCA-Rio, SME, SMS, SMAS, Conselho Tutelar

EIXO 2 - Assistência Social e Acesso à Cidadania

Prioridade 2.1

Enfrentamento das desigualdades extremas e estruturais que afetam a Primeira Infância nas 15 favelas da Maré

AÇÕES	RESPONSÁVEIS
1. [PRIORIDADE SETORIAL] Criar unidades de atendimento do CRAS e CREAS no território da Maré.	SMAS
2. Criar serviços de acolhimento às múltiplas necessidades na Primeira Infância vulnerabilizadas em diferentes áreas da Maré.	CMDCA-Rio, CRAS junto à Rede local de serviços e políticas inter-setoriais
3. Criar uma central de cadastros de famílias com crianças na Primeira Infância na Maré, especialmente quanto a crianças em estado de vulnerabilidade, para acompanhamento contínuo de suas necessidades e demandas e com atenção às particularidades de cada família.	SMAS, CRAS, Conselho Tutelar
4. Priorizar e viabilizar o acesso a benefícios sociais, serviços e programas para famílias vulnerabilizadas com crianças na Primeira Infância, com o devido acompanhamento sociofamiliar do Cadastro Único.	CRAS, Conselho Tutelar
5. Estender o direito à gratuidade (Riocard) aos responsáveis e cuidadores das crianças nos transportes públicos.	SMTR
6. Estabelecer pontos de atendimento fixos do CRAS em locais de fácil acesso no território e oferta de unidades móveis de atendimento do CRAS para atender outras comunidades.	SMAS, CRAS
7. Sensibilizar os Conselhos Tutelares e as equipes dos Consultórios de rua e CREAS para atenção e cuidado da Primeira Infância que está em situação de rua nas cenas de uso.	SMAS, CREAS, Conselho Tutelar

Prioridade 2.2

Elevação da agenda da Primeira Infância como prioridade na rede de proteção social na Maré

AÇÕES	RESPONSÁVEIS
1. [PRIORIDADE SETORIAL] Criar um Centro de Referência da Primeira Infância na Maré, onde sejam oferecidos serviços especializados com equipe multidisciplinar, acolhimento integral, atividades no contraturno para crianças, e materiais informativos.	Cooperação municipal, estadual e federal
2. Dar suporte às mães e/ou responsáveis pelas crianças pequenas que enfrentam dificuldades de acessar os serviços públicos (por questões de mobilidade urbana, dificuldades financeiras, jornadas de trabalho incompatíveis com horários de funcionamento, entre outras).	CMDCA-Rio, Câmara Municipal
3. Promover e realizar programas de empreendedorismo materno que estimulem a geração de renda para a família.	Câmara Municipal, Setor privado e organizações locais da Maré
4. Expandir os projetos já desenvolvidos por organizações locais para outras áreas da Maré menos atendidas.	Organizações locais da Maré
5. Mobilizar a comissão local da 4ª CAS, com foco no fortalecimento dos serviços voltados à Primeira Infância e implementação, na Maré, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 0 a 6 anos.	CAS, SMAS
6. Organizar grupos de apoio e cooperativas de cuidado infantil, fortalecendo a rede de apoio comunitário.	Organizações locais da Maré, Associações de Moradores

EIXO 3 - Saúde, Bem-Estar e Segurança Alimentar

Prioridade 3.1

Ampliação e qualificação do atendimento em saúde para a Primeira Infância na Maré

AÇÕES	RESPONSÁVEIS
1. [PRIORIDADE SETORIAL] Ampliar a estrutura e o funcionamento do CAPSi Visconde de Sabugosa, tornando-se CAPSi III e em formato 24h, para se adequar ao porte populacional da Maré.	SMS, CAP 3.1
2. Ampliar o contingente de profissionais de saúde especializados e multidisciplinares nas unidades de todo o território da Maré e aumentar a capacidade de atendimento através de telemedicina.	SMS, CAP 3.1, Clínicas da Família, Centros Municipais de Saúde
3. Criar uma Unidade de Pronto Atendimento Infante-Juvenil na Maré e ofertar serviços especializados como odontopediatria e neuropediatria para a Primeira Infância.	SMS, CAP 3.1
4. Fortalecer programas de atendimento odontológico escolar, para que realmente haja visitas periódicas de dentistas às escolas da Maré.	SMS, SES, SME, SEEDUC
5. Ampliar o número de profissionais e de atendimentos ofertados a demandas de saúde mental, incluindo sistema de teleconsulta com especialistas, enquanto as unidades da Maré não estiverem devidamente equipadas.	SMS, CAP 3.1, Clínicas da Família, Centros Municipais de Saúde
6. Fortalecer a atenção básica em saúde com mais equipes e melhores estruturas nas unidades de saúde da Maré para aumentar a capacidade de atendimento em saúde, além de criar clínicas móveis para atender áreas de difícil acesso.	SMS, CAP 3.1
7. Garantir o devido acesso a medicamentos nas unidades de todo o território da Maré, com maior regularidade de fornecimento de medicação básica.	SMS, CAP 3.1, Clínicas da Família, Centros Municipais de Saúde
8. Criar um sistema de transporte comunitário gratuito ou subsidiado para facilitar o acesso à UPA para famílias em áreas distantes.	Prefeitura, SMS, SES, em parceria com cooperativas locais

Prioridade 3.2

Promoção dos cuidados em saúde para a família

AÇÕES	RESPONSÁVEIS
1. [PRIORIDADE SETORIAL] Fortalecer o acesso de famílias a cestas básicas livres de alimentos ultra-processados.	SMS, junto a organizações locais da Maré e à rede local de serviços e políticas intersetoriais
2. Criar espaços e campanhas de atendimento qualificado para atendimento à gestante com acompanhamento pré-natal em todos os estágios, assim como no pós-parto e puericultura, incentivando o aleitamento materno e a alimentação complementar adequada e saudável.	SMS, CAP 3.1, Agentes Comunitários de Saúde
3. Garantir o acesso à informação e educação em saúde sobre direitos sexuais e reprodutivos para crianças e adolescentes.	SMS, SME, SEEDUC, SES
4. Garantir acesso a procedimentos seguros de saúde reprodutiva e de prevenção de gravidez não-planejada (como laqueadura e vasectomia).	SMS
5. Ampliar a informação e criar processo educativo para moradores da Maré sobre saúde, alimentação, higiene pessoal e cuidados com contaminação.	SMS, através de Agentes Comunitários de Saúde e em parceria com as EDIs e creches.
6. Criar campanha de conscientização sobre o direito à amamentação, com espaços de troca e acolhimento para lactantes.	SMS, Agentes Comunitários de Saúde
7. Criar campanha informativa sobre a importância da alimentação adequada na Primeira Infância.	SMS, através de Agentes Comunitários de Saúde e em parceria com as EDIs e creches.
8. Pensar um cardápio escolar saudável considerando a especificidade do território e sem romper severamente com a alimentação tradicional para propiciar adaptação das crianças.	SMS em parceria com SME (EDIs e creches).

Prioridade 3.3

Prioridade da atenção integral e inclusão cidadã para a Primeira Infância da Maré

AÇÕES	RESPONSÁVEIS
1. [PRIORIDADE SETORIAL] Fortalecer e ampliar o escopo do Programa Saúde na Escola (PSE) e do Programa Interdisciplinar de Apoio às Escolas (PROINAPE).	SES, SMS, SEEDUC, SME
2. Fornecer informações e discussões públicas sobre o direito à saúde mental de crianças e suas famílias.	SMS, CAP 3.1 em parceria com CAPSi e com escolas
3. Qualificar as equipes das unidades básicas para acolher o público com transtorno do espectro autista (TEA), para ações que transformem culturas familiares e práticas de profissionais da educação.	SMS, CAP 3.1
4. Instalar brinquedotecas nas Clínicas da Família para viabilizar o atendimento em saúde para famílias com crianças na Primeira Infância.	SMS, CAP 3.1, Clínicas da Família, Centros Municipais de Saúde
5. Criar espaços infantis para atendimento específico a crianças nas unidades de todo o território da Maré, inclusive com sala sensorial e equipes qualificadas para acolhimento.	SMS, CAP 3.1, Clínicas da Família, Centros Municipais de Saúde
6. Pesquisar e monitorar os desafios das crianças com deficiências na Primeira Infância, para formular políticas que garantam cidadania e qualidade de vida.	SMS, Agências públicas de fomento, Fundações privadas, Universidade, Centros de pesquisa
7. Ampliar e qualificar o atendimento a famílias atípicas nas unidades de saúde da Maré.	SMS, CAP 3.1
8. Incluir o tema de educação sexual nas escolas, adaptando para a faixa etária que compreende a Primeira Infância, como forma de combater os riscos de abuso sexual na infância.	SME, SEEDUC, SMS, SES, Câmara Municipal

9. Criar mais unidades de CAPSi, pois a demanda de saúde mental é muito grande e o equipamento que atende a Maré não consegue absorver toda a demanda, gerando sobrecarga para os profissionais.	SMS, CAP 3.1
10. Distribuir fórmulas infantis nas unidades básicas de saúde ou farmácias populares para mulheres que não conseguem amamentar seus bebês.	SMS, SES
11. Promover oficinas de educação para prevenção da violência sexual, voltadas para crianças da Primeira Infância, articulando saúde e educação (atividades educativas, peças de teatro e músicas em linguagem própria para crianças.	SMS, SME, SEEDUC, SES

EIXO 4 - Saneamento básico e combate ao racismo ambiental

Prioridade 4.1

Redução da exposição a riscos relacionados a lacunas de políticas sociais e serviços de saneamento básico

AÇÕES	RESPONSÁVEIS
1. [PRIORIDADE SETORIAL] Direcionar recursos público e privado para instalação de filtros públicos de água potável em pontos estratégicos nas favelas, como ao lado dos chuveiros públicos, com tamanho acessível para crianças.	Prefeitura, Águas do Rio
2. Promover oficinas nas escolas para elaboração de feiras de ciência para as crianças produzirem esses filtros	SME, SEEDUC
3. Promover campanhas de conscientização sobre a importância da qualidade da água e limpeza das caixas d'água, nas unidades de saúde e escolas pensando em alcançar as famílias de crianças na Primeira Infância.	Prefeitura, Águas do Rio, SMAC, Associações de moradores
4. Implementar campanha sobre limpeza das caixas d'água, na Maré, como um dia especial de mobilização comunitária.	Prefeitura, Águas do Rio, SMAC, Associações de moradores

5. Implementar campanha sobre limpeza das caixas d'água, na Maré, como um dia especial de mobilização comunitária.	SMS, SMAC, Águas do Rio, Associações de moradores
6. Criar campanhas de conscientização sobre o descarte adequado de lixo por moradores.	COMLURB, Prefeitura, Associações de Moradores
7. Fortalecer os mecanismos de controle e fiscalização da qualidade da água oriunda do abastecimento público.	Câmara Municipal, Ministério Público, Prefeitura
8. Aumentar o contingente de funcionários da COMLURB para a Maré, garantindo uma coleta seletiva frequente e abrangente em todo o território do bairro.	COMLURB, Prefeitura
9. Implementar a varrição pública pela COMLURB na Maré.	COMLURB, Prefeitura

Prioridade 4.2

Transformações estruturais por equidade urbana da Maré

AÇÕES	RESPONSÁVEIS
1. [PRIORIDADE SETORIAL] Implementar corredor verde ao longo das vias expressas do entorno da Maré, visando a melhoria da qualidade do ar da região.	Prefeitura, SMAC, SMU
2. Realizar obras estruturais para reduzir os locais de constante alagamento e contaminação de águas potáveis.	Prefeitura, Águas do Rio
3. Requalificar o sistema de esgoto e águas pluviais da Maré, que está defasado por não acompanhar o crescimento da população, ao longo das décadas.	Prefeitura, Águas do Rio

4. Criar um plano de ação após enchentes, incluindo limpeza das águas.	Prefeitura, Águas do Rio, SMS, SMAC
5. Garantir a dotação orçamentária para a implementação, na Maré, do Plano Municipal de Saneamento Básico e o de Resíduos Sólidos do Rio de Janeiro.	Câmara Municipal
6. Garantir orçamento público adequado para a manutenção dos serviços de varrição, coleta de lixo, limpeza e saneamento básico no geral, na Maré.	Câmara Municipal
7. Recuperar áreas verdes e de lazer públicas com conforto térmico, na Maré.	Prefeitura, SMAC, SMU
8. Promover adequação térmica nas ruas da Maré por meio da arborização.	Câmara municipal
9. Climatizar salas de aula de unidades públicas de educação ainda não climatizadas na Maré.	SEEDUC, SME

EIXO 5 - Educação

Prioridade 5.1

Promoção da educação universal e enfrentamento da exclusão escolar das crianças

AÇÕES	RESPONSÁVEIS
1. [PRIORIDADE SETORIAL] Ampliar o número de creches e EDIS, públicas e conveniadas com a prefeitura para garantir a cobertura a todas as crianças na Primeira Infância que moram na Maré.	Prefeitura, SME
2. Oferecer oportunidades de formação, qualificação e capacitação permanentes dos profissionais da educação, com metodologias participativas para engajamento e escuta das crianças	SME, SEEDUC

3. Ampliar o número de creches e EDIS, públicas e conveniadas com a prefeitura para garantir a cobertura a todas as crianças na Primeira Infância que moram na Maré.	Prefeitura, SME
4. Oferecer oportunidades de formação, qualificação e capacitação permanentes dos profissionais da educação, com metodologias participativas para engajamento e escuta das crianças.	SME, SEEDUC
5. Criar uma CRE específica para a Maré, onde há atualmente 45 escolas municipais e onde estudam aproximadamente 17 mil estudantes, para uma administração regional eficiente.	SME
6. Mapear dados de crianças em etapa obrigatória, mas que estão fora da escola, a fim de construir a cobertura universal da educação infantil com base em evidências.	SME, SEEDUC
8. Criar um sistema de transparência pública para a lista de espera para vagas em creches e pré-escolas, acessível online e em locais públicos e incluir professores, pais e especialistas na formulação de soluções.	SME, 4ª CRE
9. Garantir transparência nas informações sobre o número de vagas para matrículas na rede existente de creches, berçários, pré-escolas e EDIs da Maré para sua adequada ampliação.	SME, 4ª CRE
10. Oferecer atendimento de orientação para os responsáveis sobre o processo de matrícula e status de espera.	SME, 4ª CRE
11. Ampliar o horário de atendimento nas creches, na perspectiva da educação integral, compreendendo o horário comercial, para viabilizar o trabalho por parte dos responsáveis por crianças na Primeira Infância.	SME, SEEDUC
12. Ampliar e qualificar a equipe técnica que atende as creches e EDIs.	SME, 4ª CRE

13. Realizar vistorias e reformas em todos os espaços escolares da Maré.	Prefeitura, SME
14. Melhorar a infraestrutura das escolas já existentes e construir outras, para garantir a qualidade do atendimento ofertado às crianças, criar um ambiente seguro e não sobrecarregar os profissionais da educação.	SME, SEEDUC
15. Ampliar o número de profissionais qualificados como mediadores de crianças atípicas nas escolas, para responder a demandas de crianças e garantir o desempenho escolar adequado.	SME, SEEDUC
16. Cumprir a Lei 13.935/2019, intensificando a presença de profissionais do Serviço Social e da Psicologia nos quadros de profissionais das escolas da educação básica.	SME, SEEDUC
17. Tornar o acesso à creche uma prestação obrigatória, para viabilizar o acesso de mulheres mães ao mercado de trabalho.	Congresso Nacional, Assembleia Legislativa, Câmara Municipal

Prioridade 5.2

Promoção e aplicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva nas escolas, EDIs e creches da Maré

AÇÕES	RESPONSÁVEIS
1. [PRIORIDADE SETORIAL] Criar estratégias de reparação de aulas e refeições perdidas após operações policiais que interrompem as atividades escolares, além de programas de reparação de danos e traumas a profissionais e crianças afetadas, sem sobrecarregar professores.	SME, SEEDUC, SESP, Sistema de Justiça (via Ministério Público e Defensoria)
2. Promover rodas de conversa nas unidades escolares para o acolhimento e escuta das crianças e que incluam a participação do Conselho Escola Comunidade (CEC).	SME, CEC junto a unidades escolares da Maré

3. Incentivar maior articulação entre famílias e comunidade escolar, visando o fortalecimento dos Conselhos Escola Comunidade e a conscientização sobre o papel das escolas no desenvolvimento integral das crianças pequenas.	SME, SEEDUC, CEC
4. Disseminar e viabilizar o acesso à informação sobre o direito à educação das crianças na Primeira Infância.	SME junto a Organizações locais da Maré e Associações de moradores
5. Construir conteúdos programáticos adequados para uma educação não sexista e antirracista nas unidades educacionais desde a Primeira Infância.	SME, SEEDUC
6. Ampliar a faixa etária prevista nas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que determina o ensino obrigatório sobre a história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, para incluir a Primeira Infância.	Congresso Nacional
7. Ampliar a faixa etária prevista nas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que determina o ensino obrigatório sobre a história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, para incluir a Primeira Infância.	Congresso Nacional
8. Garantir a educação inclusiva para crianças PCD.	SME, SEEDUC
9. Criar projetos extracurriculares de contraturno (esportes, dança, lutas, atividades artísticas) para crianças menores de 6 anos	SME, 4ª CRE
10. Promover ações afirmativas sobre identidades étnico-racial na educação infantil, com objetivo de prevenir e enfrentar práticas racistas e de silenciamento.	SME
11. Revisar e qualificar o sistema de registro étnico-racial das crianças por meio da formação dos profissionais, visando à inclusão e representatividade de diferentes identidades	SME

12. Articular a política de educação e a política de saúde visando um acompanhamento ampliado das crianças atípicas nas unidades escolares.	SME, SEEDUC, SMS, SES
13. Incentivar a alimentação saudável e adequada nas escolas por meio de educação alimentar e nutricional, de acordo com as recomendações do PNAE.	SME, SEEDUC, SMS, SES

EIXO 6 - Práticas de Cuidado

Prioridade 6.1

Valorização das redes de solidariedade criadas pelas pessoas responsáveis e cuidadoras de crianças na Primeira Infância em suas práticas de cuidados saudáveis e eficazes, diante das suas realidades e desafios enfrentados na Maré

AÇÕES

RESPONSÁVEIS

1. [PRIORIDADE SETORIAL] Criar espaços de apoio e trocas entre familiares e outros responsáveis pelos cuidados de crianças na Primeira Infância.	SMAS, CMDCA-Rio, CRAS
2. Divulgar práticas educativas não violentas e de parentalidade positiva.	SME, SEEDUC, Conselho Tutelar, organizações locais da Maré
3. Criar espaços de acolhimento para mulheres responsáveis pelos cuidados de crianças na Primeira Infância na Maré.	SPM
4. Criar ações direcionadas a mães/pais jovens e adolescentes com temas relacionados ao cuidado com bebês e crianças na Primeira Infância.	SME, SEEDUC, SMS, SES
5. Instituir um centro de escuta acolhedora para encontro e participação das crianças e adolescentes.	CMDCA-Rio, CRAS
6. Oferecer atividades formativas para as responsáveis dentro das escolas, no mesmo turno que os filhos estão estudando, assim elas terão um espaço de formação que valorize seu papel de mulher e não de cuidadora.	SME

Prioridade 6.2

Enfrentamento às condições de não-cuidado e acolhimento das crianças pretas e faveladas, assim como atenção qualificada para as responsáveis “solo” (mãe, avó tia)

AÇÕES	RESPONSÁVEIS
1. [PRIORIDADE SETORIAL] Fomentar espaços de convívios que ofereçam atividades lúdicas para crianças e responsáveis com conteúdo que celebre a potência da cultura afro-brasileira e as identidades étnico-raciais.	SME, SMAS, SMC junto a Organizações locais da Maré e à Rede local de serviços e políticas intersetoriais
2. Criar campanha de sensibilização, materiais educativos e grupos de apoio a famílias sobre a corresponsabilidade no cuidado familiar, disseminando a participação masculina nos cuidados infantis com diálogos sobre masculinidade e paternidade ativa.	SME, SEEDUC, SMS, SES, junto a Organizações locais da Maré e à Rede local de serviços e políticas intersetoriais
3. Construir conexão entre as unidades escolares da Maré com espaços culturais e artísticos.	SMC, SME
4. Promover cursos e formação para mulheres que já realizam trabalho de apoio a outras mulheres com crianças.	SPM, SME
5. Ampliar os horários das creches e Edis na Maré, para que de fato sejam integrais.	SME
6. Fazer uso dos espaços educacionais durante as férias escolares, promovendo oficinas e atividades de recreação durante o período.	SME, SEEDUC, SMC, SECERJ
7. Criar equipamentos específicos de apoio às mulheres gestantes, para que elas tenham acesso a medicamentos, alimentação e apoio no parto, além de divulgar campanhas informativas sobre os Direitos da Gestante a fim de evitar violência obstétrica.	SPM, SMS, SES

8. Promover estratégias para combater a evasão escolar de meninas devido ao papel que assumem no cuidado de outras crianças enquanto seus responsáveis precisam trabalhar.	SME, SMAS, SPM
9. Garantir formas criativas e remuneradas de articulação de rede de cuidadores para que os cuidados com crianças na Primeira Infância não sejam responsabilidade de irmãos e irmãs, crianças e adolescentes.	SME, SMAS, CREAS

EIXO 7 - Lazer, Cultura e Direito a Brincar

Prioridade 7.1

Promoção de um ambiente comunitário saudável e acolhedor para o desenvolvimento infantil

AÇÕES	RESPONSÁVEIS
1. [PRIORIDADE SETORIAL] Vistoriar e fazer manutenção de praças, parques e espaços públicos destinados a crianças, com adaptação para uso adequado a crianças na Primeira Infância e/ou com deficiência.	SMU, SMC, SMEL
2. Viabilizar meios e recursos para que crianças na Primeira Infância tenham direito de brincar em espaços públicos e privados com segurança.	CMDCA-Rio, Prefeitura, Câmara Municipal, Governo do Estado e ALERJ junto à Rede local de serviços e políticas intersetoriais
3. Criar incentivos fiscais para empresas e parcerias com grupos independentes locais para adotarem praças públicas e se encarregarem da manutenção continuada, com responsabilidade social.	Câmara Municipal, Prefeitura
4. Criar calendário anual de atividades de cultura, lazer e esporte para as crianças da Maré acessarem equipamentos públicos da cidade com envolvimento das escolas para implementação do calendário.	SMC, SMEL, Câmara Municipal, junto à Rede local de serviços e políticas intersetoriais

5. Criar espaços seguros de lazer para crianças da Primeira Infância na Maré, com brinquedos e acessos adaptados para crianças com deficiência e com profissionais capacitados para atender esse público.	SMU, Associações de Moradores
6. Garantir e incentivar a circulação de crianças e seus responsáveis pela cidade, a fim de permitir o acesso a diferentes espaços e recursos de cultura e lazer.	SMC, SMU
7. Reformar a ciclovía, para que seja área de lazer e convívio social desde a Primeira Infância.	SMU, SMEL
8. Ampliar e cuidar das áreas verdes da Maré para fornecer qualidade de vida e de ar às crianças e fomentar processos formativos de educação ambiental desde a Primeira Infância.	SMAC
9. Vistoriar e manter em melhor estado a iluminação pública da Maré para assegurar que espaços públicos possam ser ocupados por crianças.	SMU
10. Construir espaços seguros de lazer, quadras abertas e piscinas públicas para que as crianças possam brincar em diferentes áreas da Maré.	SMEL
11. Desenvolver processo de participação comunitária na construção e no cuidado de hortas e jardins comunitários.	SMU, SMAC
12. Fomentar e fortalecer a Vila Olímpica como espaço já existente que propicia atividades esportivas, ampliando a oferta de serviços à Primeira Infância.	SMEL, SEEL
13. Designar espaços públicos, como escolas, para a criação de Centros de Convivência especificamente dedicados a crianças pequenas e familiares na Maré.	Cooperação municipal, estadual e federal

Prioridade 7.2
Desenvolvimento de práticas de educação sobre acesso às redes de cultura e lazer que substituem o uso e efeito das telas no desenvolvimento das crianças

AÇÕES	RESPONSÁVEIS
1. [PRIORIDADE SETORIAL] Criar espaços de convívio no contraturno e fora do período parcial da escola para as crianças na Primeira Infância, com foco em atividades lúdicas e motoras.	SME, SMC, SMEL, CAP 3.1, junto a Organizações locais da Maré e a Associações de moradores
2. Trabalhar com manifestações artísticas para promover uma transformação cultural na Maré sobre questões de racismo, intolerância religiosa e misoginia.	SMC
3. Desenvolver projetos com espaço para brincar e com resgate do coletivo e da cultura de rua na Maré, com participação das crianças e uso de tecnologias digitais e ancestrais.	Organizações locais da Maré, Associações de moradores
4. Organizar eventos esportivos e competições amigáveis, como um Festival da Pipa na Maré e demais favelas da cidade, como uma inovação de integração urbana.	SMC, Associações de Moradores
5. Financiar projetos no âmbito das leis de incentivo à cultura com editais específicos para crianças de 0 a 6 anos.	Prefeitura, SMC
6. Criar calendário de atividades de férias, com atividades descentralizadas na Maré e editais para organizações locais.	SMEL, SMC
7. Instalar brinquedotecas em espaços abertos ao público adulto.	CAP 3.1 e SME junto à Rede local de serviços e políticas intersetoriais e a Organizações locais da Maré, Associações de moradores
8. Criar vagas para atividades direcionadas à Primeira Infância em instituições locais e projetos sociais que atendem a juventude.	Organizações locais da Maré

9. Implementar programas esportivos para as crianças de 0 a 6 anos da Maré e eventos de integração com outras favelas da cidade.	SMEL, SEEL
10. Destinar o uso de quadras esportivas escolares para além das atividades escolares e a serviço da comunidade local de forma organizada e estratégica.	SMEL, SME, SEEDUC, SEEL
11. Estabelecer parcerias com empresas e ONGs para doação de brinquedos e recursos lúdicos.	SMC, SECERJ
12. Desenvolver programas de contraturno que ofereçam esportes, artes e reforço escolar para crianças menores de 6 anos em parcerias com universidades, ongs e instituições culturais para trazer estagiários e voluntários que possam oferecer essas atividades nas escolas, espaços de lazer e centros comunitários.	Prefeitura em parceria com universidades, instituições culturais e organizações locais da Maré

EIXO 8 - Garantia de Direitos e Acesso à Justiça

Prioridade 8.1

Proteção de crianças na Primeira Infância contra todas as formas de violência e maus tratos

AÇÕES	RESPONSÁVEIS
1. [PRIORIDADE SETORIAL] Criar um comitê inter-setorial para a promoção da segurança à Primeira Infância na Maré com matriz de informação e articulação de dados que monitore as violações contra as crianças a partir de notificações de violência advindas de órgãos de assistência, educação, saúde, entre outros.	Cooperação municipal, estadual e federal, SESP, junto à rede local de serviços e políticas intersetoriais
2. Responsabilizar judicialmente órgãos e setores que descumpram ou violem os direitos das crianças.	Sistema de Justiça (via Ministério Público e Defensoria Pública)

3. Criar mecanismo de comunicação entre os setores de segurança pública e a rede de educação, nos níveis municipal, estadual e federal, para mitigar os impactos da violência armada, com um protocolo de atuação prévio e público	Cooperação municipal, estadual e federal, SESP, SME, SEEDUC
4. Estabelecer fóruns para mapeamento dos índices de violência contra a Primeira Infância no território, como espaço coletivo com responsáveis e crianças, inclusive para se comunicar e construir estratégias de redução de impactos sobre atividades escolares em dias de operação policial.	SESP, SME, SEEDUC
5. Desenvolver projeto de escuta coletiva e acolhimento das crianças nas redes escolares após dias de operação policial.	SESP, SME, SEEDUC junto a organizações locais da Maré
6. Mapear projetos que abordem a temática da não violência no território para divulgação e parceria.	Organizações locais da Maré

Prioridade 8.2

Manutenção de ambiente comunitário seguro, estável e adequado para o desenvolvimento infantil

AÇÕES	RESPONSÁVEIS
1.[PRIORIDADE SETORIAL] Instalar Conselho Tutelar para região da Maré e criar centros de acolhimento 24 horas para crianças em situação de abuso.	Prefeitura e SMAS
2. Fiscalizar e reformular o modelo de segurança e ordem pública bélico-militarizado no Rio de Janeiro, com a participação democrática da população diretamente interessada e utilizando-se dos saberes comunitários sobre práticas de enfrentamento, proteção e cuidado que efetivamente funcionam.	Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, SESP, SEOP

3. Transformar o processo de formação das polícias, com ferramentas de reflexão social para a construção de uma Polícia Cidadã.	SESP e corporações policiais
4. Planejar ações de enfrentamento à violência no espaço público com participação de moradores e crianças para soluções efetivas e adequadas à realidade local.	SESP, ALERJ, SEOP, Câmara Municipal
5. Estabelecer protocolos de operação policial que respeitem os horários escolares e minimizem interrupções na frequência escolar.	Governo do Estado, SESP
6. Criar uma comissão comunitária para monitorar e avaliar as operações policiais.	Governo do Estado, SESP
7. Criar um espaço de escuta e acolhimento para os profissionais que cuidam das crianças, mas que também sofrem com o impacto da violência.	SESP, SME, SEEDUC
8. Formular protocolos de ação e de produção de dados sobre o impacto da violência na vida das crianças de 0 a 6 anos com a participação efetiva de moradores e organizações da Maré.	SESP
9. Utilizar dados e evidências para orientar e promover a adoção de práticas de inteligência investigativa e não de enfrentamento bélico na Maré.	Mídia, Governo estadual, prefeitura, vereadores
10. Criar linhas de transporte público para enfrentar as barreiras à mobilidade urbana e ao direito de ir e vir no território da Maré em decorrência da insegurança.	Prefeitura, SMU
11. Regular e licenciar os transportes que já existem e são oferecidos no território, como as vans, kombis e moto táxis.	Prefeitura, SMU, Câmara Legislativa

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caminhos de incidência política, monitoramento e avaliação

O Plano Participativo para a Primeira Infância da Maré foi sistematizado em 2024, um ano de eleições municipais que definirão os cargos de prefeitura e vereança da cidade do Rio de Janeiro para o período de 2025 a 2029. Dada a importância crucial deste período, espera-se que os/as candidatos/as eleitos/as para os pleitos Executivo e Legislativo estejam comprometidos/as com a agenda da Primeira Infância, garantindo que as ações e políticas propostas neste Plano sejam priorizadas e implementadas de forma efetiva e contínua. Este compromisso é fundamental para assegurar que as necessidades das nossas crianças, especialmente aquelas que vivem em territórios mais vulnerabilizados da Maré, sejam atendidas com a urgência e a seriedade que merecem.

Para monitorar e avaliar o processo de incidência política do 1º Plano Participativo da Maré para a Primeira Infância, apresentamos um conjunto de procedimentos para os próximos caminhos a serem construídos.

1. Estabelecimento de Indicadores de monitoramento

- Definir indicadores-chave: baseados nos objetivos do plano, como taxas de acesso à educação, saúde, saneamento e segurança.
- Indicadores quantitativos: número de crianças atendidas, número de famílias beneficiadas, taxa de mortalidade infantil, número de vagas em creches, etc.
- Indicadores qualitativos: satisfação das famílias com os serviços, percepção de segurança, qualidade dos serviços oferecidos, etc.

2. Coleta e Análise de Dados

- **Sistemas de Informação:** Implementar e integrar sistemas de informação como o SIPIA, dados da saúde, cadÚnico e educação, para registrar e acompanhar dados das crianças de forma contínua e longitudinal.
- **Pesquisas periódicas:** Conduzir pesquisas domiciliares e comunitárias para coletar dados atualizados sobre a situação da Primeira Infância.
- **Participação comunitária:** Estabelecer canais de comunicação para que a comunidade possa fornecer feedback contínuo sobre as ações implementadas.

3. Mobilização Comunitária

- **Fóruns Participativos:** Realizar encontros regulares com a comunidade, incluindo crianças, famílias, profissionais de saúde, educação, e assistência social para discutir avanços e desafios.
- **Grupos Focais e Entrevistas:** Conduzir grupos focais e entrevistas com diversas lideranças e especialistas para obter uma compreensão mais profunda das questões enfrentadas e das percepções sobre as ações do plano.

4. Relatórios e Documentação

- **Relatórios de Progresso:** Produzir relatórios trimestrais e anuais que documentem o progresso em relação aos indicadores estabelecidos, incluindo dados quantitativos e qualitativos.
- **Documentação de Processos:** Manter registros detalhados de todas as atividades, reuniões, e decisões tomadas durante a implementação do plano.

5. Revisão e Ajustes

- **Avaliações Periódicas:** Realizar avaliações semestrais para analisar os dados coletados e ajustar estratégias conforme necessário.
- **Planejamento Adaptativo:** Utilizar as informações das avaliações para ajustar o planejamento e as ações, garantindo que estejam alinhados com as necessidades e prioridades da comunidade.

6. Transparência e Prestação de Contas

- **Divulgação Pública:** Divulgar os relatórios de progresso e avaliações para a comunidade e parceiros, garantindo transparência.
- **Sessões de Prestação de Contas:** Organizar sessões de prestação de contas onde o comitê intersetorial, responsável pela execução do plano, apresente os resultados e responda a perguntas da comunidade e outros especialistas do comitê científico.

7. Capacitação e Formação

- **Treinamento Contínuo:** Proporcionar capacitação contínua para as equipes de implementação do Plano Participativo para a Primeira Infância da Maré, e para os membros da comunidade, em técnicas de monitoramento e avaliação.
- **Oficinas e Seminários:** Realizar oficinas e seminários para compartilhar melhores práticas e lições aprendidas com outras comunidades e organizações.

8. Parcerias e Colaborações

- **Colaboração Intersetorial:** Fomentar parcerias com organizações locais, universidades, ONGs e agências governamentais para apoiar a coleta de dados e as avaliações.
- **Participação de Observadores Externos:** Incluir observadores externos para garantir a imparcialidade e a integridade do processo de monitoramento e avaliação.

Esses procedimentos contribuirão para assegurar o monitoramento e a avaliação efetiva dos processos de incidência política, permitindo ajustes contínuos e aprimoramentos baseados em evidências e participação dos moradores do conjunto de favelas da Maré.

O ano de 2024 tem sido desafiador no que tange a realização do trabalho no âmbito dos direitos humanos, especialmente na Maré. Durante o período de construção participativa deste *I Plano Participativo para a Primeira Infância da Maré*, entre janeiro e setembro de 2024, foram 38 operações policiais atingindo a Maré e impactando diretamente o trabalho de mobilização comunitária necessário para a participação efetiva. Sendo assim, a Comissão Organizadora gostaria de expressar a mais profunda gratidão aos moradores, profissionais e crianças que se mobilizaram para construir este Plano!

Mais do que organizar um documento que possa balizar nossa luta pela agenda da Primeira Infância na Maré, foi o processo participativo em si que se destacou, especialmente, num contexto recente de tanto obscurantismo e negacionismo no nível nacional e estadual. Em um território tão adverso aos processos de mobilização e participação, onde os direitos fundamentais como o de ir e vir e o direito à vida são constantemente limitados, a união e o engajamento de cada um de vocês foram essenciais. Este plano é um testemunho da resistência, da empatia, da esperança e do compromisso coletivo com um futuro melhor para as crianças da Maré.

É na primeira infância que se constituem as forças emancipadoras do que chamamos de inteligência: desafiar a natureza e conviver com ela, inventar e desenvolver infinitas formas de linguagem, de comunicação e expressão, relacionar-se com os outros, vivendo em sociedade, adaptar-se ao entorno e ser capaz de modificá-lo, resolver problemas, imaginar, traçar e seguir o destino que criou para si. É na primeira infância – neste momento de dependência vital, de cuidados e proteção – que se estruturam os vínculos primordiais da sociedade. Preservar o espírito de pesquisa, de criatividade e de inventividade da primeira infância é uma responsabilidade adulta a ser tomada como prioridade pela família (como entorno cuidador primordial da criança), pela comunidade, pela sociedade e pelo Estado, em todas as suas esferas institucionais. (Plano Nacional pela Primeira Infância, p. 174)

ANEXO:

Indicadores por regiões da Maré⁵

Área 1 : Parque Maré, Nova Holanda, Rubens Vaz e Parque União



PERFIL DOS RESPONDENTES

- Número de respondentes:** 702 pessoas
- Gênero:** 93% mulheres
- Cor/Raça:** 73% se declaram pretas e pardas
- Faixa etária:** 63% têm entre 22 e 39 anos
- Crianças de 0 a 6 anos identificadas:** 784
- Responsáveis pelo sustento:** 48% são mulheres
- Trabalho pontual (“bico”):** 50%
- Idosos/as como responsáveis pelo sustento:** em 50% dos lares



REDES DE APOIO E CUIDADO

- Rede de apoio:** 33% disseram não contar com rede de apoio e não têm com quem deixar seus filhos quando precisam sair para trabalhar
- Presença do pai nos cuidados:** 23% afirmam não contar com a presença do pai nos cuidados da criança

5 - Os dados por área são oriundos da Pesquisa Diagnóstico da Primeira Infância na Maré.



DIFICULDADES NO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Acessar as políticas públicas não é tarefa fácil. Durante a pesquisa foram levantados os níveis percentuais de dificuldade de acesso à saúde, educação e assistência social e segurança cidadã



ASSISTÊNCIA SOCIAL E ACESSO À CIDADANIA

Dificuldades em acessar serviços: 56% afirmaram ter dificuldades frequentes

Famílias sem benefícios: Mais de 53% das famílias não recebiam nenhum tipo de benefício

Beneficiários de assistência social: 46%

Beneficiários do PBF: 315 pessoas

Ausência do CRAS territorializado

Muitas mães que trabalham precisam contratar alguém para buscar e cuidar de seus filhos



SANEAMENTO BÁSICO

Filtros em casa: 56% não tinham filtro em casa

Tratamento da água: 57% não utilizavam nenhum método para tratar a água

Compra de água para beber: 41%

Problemas com qualidade da água: 26% afirmaram ter problemas frequentes com a qualidade da água

Falta de água: Em 30% dos domicílios costuma faltar água

Alagamentos: 61% responderam que as ruas alagam em dias de chuva

Esgoto: 37% disseram que o esgoto invade ruas perto de suas casas e 92 pessoas relataram que o esgoto invade suas casas

“O impacto das chuvas resulta em diminuição da frequência dos alunos na EDI devido aos alagamentos.”⁶

“As crianças não têm hábito de tomar água do filtro, bebem direto da torneira.”



SAÚDE, BEM-ESTAR E SEGURANÇA ALIMENTAR

Dificuldades em acessar serviços de saúde: 52% disseram ter dificuldades frequentes ou o tempo todo

Saúde mental: 6% afirmaram já ter procurado ajuda em relação à saúde mental sem sucesso

Preocupação com a saúde da criança: 53%

Peso ao nascer: 77% dos bebês nasceram com peso adequado, mas 13% nasceram com peso abaixo da média ou desnutridos

“A maioria das crianças tem a vacinação em dia, mas há dificuldade no acesso a atendimento médico especializado. Exemplo: Criança aguardando laudo de neurologista há quatro anos.”

“A UPA funciona bem, mas a distância e o custo do transporte desmotivam a busca por atendimento.”

“Casos encaminhados diretamente pela EDI conseguem prioridade, mas apenas para atendimentos não especializados.”

“Campanhas odontológicas ocorrem com menos frequência atualmente, e há falta de atendimento odontológico para crianças. Exemplo: Aluna aguardando aparelho ortodôntico há três anos.”

“Preocupação com alimentação nutritiva e redução de alimentos ultraprocessados. Exemplos: casos de sobrepeso e preferência por alimentos práticos como salgadinhos e refrigerantes.”

“Dificuldade em encontrar horários para consultas com nutricionistas.”

“Muitas crianças bebem água da torneira, resultando em casos frequentes de diarreia.”

6 - As frases em aspas são falas de pessoas que participaram das Pré Conferências e I Conferência da Primeira Infância



EDUCAÇÃO

Dificuldade em acessar a educação: 21% disseram ter frequentemente dificuldade

Vaga em creches: 24% precisavam de vaga em creches

Crianças fora da escola: Em 2021, 861 crianças estavam matriculadas e 492 estavam fora da escola. Esses dados não foram atualizados pois a SME não presta este tipo de informação

“Falta de reflexão e informação para proposições sobre as dificuldades identificadas.”

“A lista de espera para vagas no berçário diminuiu com as creches conveniadas, mas ainda há falta de informação por parte da Prefeitura.”

“Por exemplo, há aproximadamente 20 crianças de 4 anos na lista de espera na EDI Cleia.”



LAZER E CULTURA

Dificuldade de acesso ao lazer, cultura e esporte na Maré: 61% afirmam ter frequentemente ou o tempo todo dificuldade

Dificuldade de acesso ao lazer, cultura e esporte fora da Maré: 70%

Acesso ao lazer, cultura e esporte: 60% afirmam que as crianças de sua residência não têm acesso a espaços de lazer e recreação

Locais de brincadeira: As crianças brincam mais em casa, seguido por brincadeiras na rua e na escola. Pouquíssimas pessoas disseram realizar passeios

Atividades comuns: Brincadeiras com brinquedos, seguidos por uso de celular, tablet e TV

“Dificuldade de acesso e manutenção das praças, além da falta de brinquedos.”

“Necessidade de mais espaços verdes. A Vila Olímpica é pouco frequentada devido à localização.”

“O único espaço para lazer na EDI Cleia é o terraço, que não pode ser utilizado após 12h devido ao calor.”

“Falta de atividades de arte e esporte para a primeira infância.”

O que você mais gosta de fazer? “Brincar num parquinho como este.” (frase dita por uma criança que estava brincando no parquinho do EDI durante a Pré-Conferência)



SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLÊNCIA

Presenciaram violência: 42% dizem já ter presenciado algum tipo de violência

Violência policial: 14% já viram violência policial

Residências afetadas pela violência policial: 42% afirmam que alguém de sua residência já sofreu violência física, verbal ou material pela polícia

Restrição da circulação das crianças: 49% consideram que a violência restringe a circulação das crianças

Possibilidade de brincar: 38% acham que a violência afeta a possibilidade de brincar das crianças

“O Proinape é importante, mas há poucos profissionais para atender a rede municipal da Maré.”

“Educadores se sentem sobrecarregados com o estresse da violência armada e necessidade de reposição de aulas.”

Área 2: Morro Timbau, Baixa do Sapateiro, Salsa e Merengue, Nova Maré, Conj. Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Esperança, Vila do João, Vila dos Pinheiros e Conjunto Pinheiros.



PERFIL DOS RESPONDENTES

Gênero: 93% são mulheres
Cor/Raça: 75% se declaram pretas e pardas
Faixa etária: 62% têm entre 22 e 39 anos



VÍNCULO EMPREGATÍCIO E RENDA

Desempregados: 80% dos domicílios tinham pessoas desempregadas
Emprego formal (CLT): 46%
Trabalho pontual ("bico"): 40%
Responsáveis pelo sustento:
Mulheres/Mães: 49%
Homens/Pais: 45%
Idosos: 21%



REDES DE APOIO E CUIDADO

Rede de apoio: 25.5% disseram não contar com rede de apoio e precisavam pagar por serviços de cuidado
Principais cuidadores: A mãe é a principal cuidadora dos filhos, seguida pela avó
Presença do pai nos cuidados: 23% afirmam não contar com a presença do pai nos cuidados da criança



DIFICULDADE NO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Acessar as políticas públicas não é tarefa fácil. Durante a pesquisa foram levantados os níveis percentuais de dificuldade de acesso à saúde, educação e assistência social e segurança cidadã



ASSISTÊNCIA SOCIAL E ACESSO À CIDADANIA

Dificuldades em acessar serviços: 53% afirmaram ter dificuldades frequentes
Famílias sem benefícios: Mais de 62% das famílias não recebiam nenhum tipo de benefício
Beneficiários de assistência social: 37.79%
"Dificuldade para acessar o CRAS e atendimento sobre o CadÚnico."



SANEAMENTO BÁSICO

Filtros em casa: 54% não tinham filtro em casa
Tratamento da água: 51% não utilizavam nenhum método para tratar a água
Compra de água para beber: 25.5%
Problemas com qualidade da água: 28% responderam ter problemas com a qualidade da água (gosto ou cor ruim)
Falta de água: Em 30% dos domicílios costuma faltar água
Alagamentos: 35% disseram que quando chove, sua rua fica alagada

"Não tem mais continuidade na limpeza das ruas."
"As caçambas de lixo não dão vazão. Muito lixo nas ruas."
"Temos mais problema com o lixo do que com a água."
"Muitos alagamentos por causa do lixo."



SAÚDE, BEM-ESTAR E SEGURANÇA ALIMENTAR

Uso da caderneta de saúde: A ampla maioria dos respondentes diz que as crianças têm caderneta de saúde e que fazem uso dela

Dificuldades em acessar serviços de saúde: 44.5% disseram ter dificuldades frequentes ou o tempo todo

Saúde mental: 36% afirmaram já ter procurado ajuda em relação à saúde mental sem sucesso

Preocupação com a saúde da criança: 55%

Peso ao nascer: 72.5% dos bebês nasceram com peso adequado, mas 17% nasceram com peso abaixo da média ou desnutridos

“Demora muito o atendimento, não tem pediatra. As crianças não são acompanhadas.”

“O 1º atendimento é com a equipe de enfermagem.”

“Só vou para passar raiva.”

“Precisamos ir para a UPA da Ilha do Governador.”



EDUCAÇÃO

Dificuldade em acessar a educação: 27.7% disseram ter frequentemente dificuldade

Vaga em creches: 22% precisavam de vaga em creches

Interrupção dos estudos: 83 crianças pararam de estudar, independentemente da pandemia

“Preferência por estudar fora da Maré.”

“A maioria dos responsáveis não teve acesso à vaga na creche.”

“Depois da construção do Campus, melhorou.”



LAZER E CULTURA

Dificuldade de acesso ao lazer, cultura e esporte na Maré: 64%

Dificuldade de acesso ao lazer, cultura e esporte fora da Maré: 61%

Acesso ao lazer, cultura e esporte: 65.5% acham que as crianças de sua residência não têm acesso

Locais de brincadeira: As crianças brincam mais em casa, seguido por brincadeiras na rua e na escola

Atividades comuns: Brincadeiras com brinquedos, assistir TV e uso de celular/tablet

“Não tem nada por aqui para as crianças.”

“Quem tem carro, vai passear, levar as crianças pra brincar no Fundão, Quinta da Boa Vista, Aterro do Flamengo.”

“Depois da ocupação do exército, a mata piorou.”



SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLÊNCIA

Presenciaram violência: 37.5%

Violência policial: 6% já viram violência policial

Residências afetadas pela violência policial: 37.5% afirmam que alguém de sua residência já sofreu violência física, verbal ou material pela polícia

Restrição da circulação das crianças: 47% consideram que a violência restringe a circulação das crianças

Possibilidade de brincar: 42% acham que a violência afeta a possibilidade de brincar das crianças

“Há dificuldade de circulação das crianças e adolescentes.”

“Direito de ir e vir é impactado pela insegurança.”

“É até difícil de pensar em propostas para a segurança pública.”

“A realidade é igual ao filme.”

“É impossível pensar em segurança enquanto um direito.”

“Não dá para confiar.”

“O Estado também faz parte da violência.”



PERFIL DOS RESPONDENTES

Número de respondentes: 204 pessoas

Gênero: 94% são mulheres

Cor/Raça: 149 se declaram pretas e pardas

Faixa etária: 73% têm entre 22 e 39 anos

Crianças de 0 a 6 anos identificadas: 217



VÍNCULO EMPREGATÍCIO E RENDA

Desempregados: 65% dos domicílios tinham pessoas desempregadas

Emprego formal (CLT): 49%

Trabalho pontual ("bico"): 40%

Responsáveis pelo sustento:

Mulheres/Mães: 55%

Homens/Pais: 43%

Idosos: 16%



REDES DE APOIO E CUIDADO

Rede de apoio: 39% disseram não contar com rede de apoio e precisam pagar por serviços de cuidado

Principais cuidadores: A mãe é a principal cuidadora dos filhos, seguida pela avó

Presença do pai nos cuidados: 22% afirmam não contar com a presença do pai nos cuidados da criança



DIFICULDADES NO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Durante a pesquisa e processo da pré-conferência foram levantados os níveis percentuais de dificuldade de acesso à saúde, educação, assistência social e segurança pública.



ASSISTÊNCIA SOCIAL E ACESSO À CIDADANIA

Dificuldades em acessar serviços: 34% afirmaram ter dificuldades frequentes

Famílias sem benefícios: 58% dos entrevistados não recebem nenhum benefício

Beneficiários de assistência social: 42%

Beneficiários do PBF: 40%

"Benefícios como Bolsa Família são essenciais."

"Mulheres precisam pagar outras mulheres para cuidarem de seus filhos, servindo como fonte de renda informal para algumas."



SANEAMENTO BÁSICO

Filtros em casa: 43% não tinham filtro em casa

Tratamento da água: 59% não utilizavam nenhum método para tratar a água

Compra de água para beber: 23%

Problemas com qualidade da água: 33% responderam ter problemas com a qualidade da água (gosto ou cor ruim)

Falta de água: 14% informaram ter problemas com falta de água

Alagamentos: 53% disseram que quando chove, sua rua fica alagada



SAÚDE, BEM-ESTAR E SEGURANÇA ALIMENTAR

Uso da caderneta de saúde: A ampla maioria dos respondentes diz que as crianças têm caderneta de saúde e que fazem uso dela.

Dificuldades em acessar serviços de saúde: 41% disseram ter dificuldades frequentes ou o tempo todo

Preocupação com a saúde da criança: 100%

“Temos dificuldade no acesso à saúde reprodutiva, como a laqueadura para quem já é mãe, vasectomia para quem é pai.”

“Há grande ausência da participação masculina nos cuidados com as crianças na Primeira Infância.”

“Tem burocracia excessiva para atendimento médico especializado.”

“Falta de atendimento pediátrico próximo, obrigando deslocamento para a UPA da Ilha do Governador.”



EDUCAÇÃO

Dificuldade em acessar a educação: 28% disseram ter dificuldade frequentemente

Vaga em creches: 14% precisavam de vaga em creches

Crianças sem estudar: 62% das crianças estavam sem estudar

“Falta de creches na região (apenas 1 EDI disponível).”

“A ausência de atividades de contraturno para crianças menores de 6 anos resulta em cuidados inadequados.”

“Há dificuldade de acesso a atendimento com especialistas para diagnóstico e emissão de laudos, sobrecarregando profissionais da escola e dificultando acesso aos direitos da criança e da família.”



LAZER E CULTURA

Dificuldade de acesso ao lazer, cultura e esporte na Maré: 48%

Dificuldade de acesso ao lazer, cultura e esporte fora da Maré: 40%

Acesso ao lazer, cultura e esporte: 57% achavam que as crianças de sua residência não têm acesso

Locais de brincadeira: O local em que as crianças na Primeira Infância mais brincam é em casa, seguido de brincadeiras na rua e na escola

Atividades comuns: Brincadeiras com brinquedos são as que mais apareceram, seguido por assistir TV e uso de celular/tablet

“Faltam atividades culturais.”

“Estrutura esportiva é inadequada e falta de opções de atividades e horários.”

“As quadras ficam fechadas durante o fim de semana.”

“O Parque das Vizinhanças está destruído e abandonado.”

“O parquinho da EDI está em péssimas condições para brincar.”



SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLÊNCIA

Presenciaram violência: 28% dizem já ter presenciado algum tipo de violência

Impacto da violência no desempenho das crianças: 22% dos entrevistados afirmam que a violência afeta o desempenho das crianças

“As operações policiais impactam na frequência escolar de crianças de outras regiões da Maré.”

“Tive dificuldade de acesso ao Conselho Tutelar de Bonsucesso e falta orientação adequada.”

“Há dificuldade de acolhimento para crianças que sofrem abuso fora do horário comercial, sem escuta capacitada na delegacia.”

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACES

ALERJ - Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

CADúnico - Cadastro nico para Programas Sociais

CAP - Coordenadoria Geral da Atenção Primária (Secretaria Municipal de Saúde)

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CAPSi - Centro de Atenção Psicossocial Infante-Juvenil

CAS - Comissão Local de Assistência Social (da Secretaria Municipal de Assistência Social)

CEC - Conselhos Escola Comunidade

CMDCA-Rio - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro

COMLURB - Companhia Municipal de Limpeza Urbana

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CRE - Coordenadoria Regional de Educação

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

EDI - Espaço de Desenvolvimento Infantil

GT – Grupo de Trabalho

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNPI - Plano Nacional pela Primeira Infância

PROINAPE - Programa Interdisciplinar de Apoio s Escolas

PSE - Programa Saúde na Escola

RNPI - Rede Nacional Primeira Infância

SECERJ - Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro

SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro

SEEL - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Rio de Janeiro

SEOP - Secretaria Municipal de Ordem Pública do Rio de Janeiro

SES - Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro

SESP - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro

SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e Adolescência

SMAC - Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro

SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro

SMC - Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro

SME - Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

SMEL - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer do Rio de Janeiro

SMS - Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro

SMTR - Secretaria Municipal de Transportes do Rio de Janeiro

SMU - Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro

SPM - Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Mulher do Rio de Janeiro

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

FICHA TÉCNICA

COMISSÃO ORGANIZADORA E EDITORIAL

Coordenação Geral

Eliana Sousa Silva
Tainá Alvarenga

Equipe responsável

Carolina Araújo
Gisele Ribeiro Martins
Miriam Krenzinger
Moniza Rizzini Ansari
Natalia Guindani

COMITÊ CIENTÍFICO

Casa das Mulheres da Maré (Redes da Maré)
Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - RJ/Rede Não Bata, Eduque
Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância-CIESPI/PUC-Rio

Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Conselho Tutelar de Bonsucesso
Coordenadoria de Educação Infantil e Primeira Infância - SME RJ
CRAS Nelson Mandela
CREAS Stella Maris
Eixo de Educação (Redes da Maré)
Eixo de Saúde (Redes da Maré)
Hospital Geral de Bonsucesso - Serviço Social
Observatório dos Conselhos Tutelares-UFRJ
Projeto Uerê

APOIO TÉCNICO

Viviane Maia
Adelaide Rezende

PARCERIAS LOCAIS

Areninha Cultural Herbert Vianna
Biblioteca Lima Barreto
CIEP Ministro Gustavo Capanema
Creche Municipal Menino Maluquinho
Creche Municipal Monteiro Lobato
Creche Municipal Nova Holanda
Creche Municipal Pescador Albano Rosa
Creche Municipal Professor Paulo Freire
Creche Municipal Tio Mário
Creche Municipal Vila Pinheiro
EDI Armando de Salles Oliveira
EDI Azoilda Trindade (Zô)
EDI Cleia Santos de Oliveira
EDI Cremilda da Silva dos Santos
EDI João Crisóstomo
EDI Maria Amélia Castro e Silva Belfort
EDI Medalhista Olímpico Éder Francis Carbonera
EDI Medalhista Olímpico Evandro Motta Marcondes Guerra
EDI Medalhista Olímpico Luiz Felipe Marques Fonteles
EDI Medalhista Olímpico William Peixoto Arjona
EDI Pescador Isidoro Duarte – “Doro”
EDI Professora Solange Conceição Tricarico

OBSERVADORES EXTERNOS

UNICEF Brasil
Instituto Alana
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro
Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania)

RESPONSÁVEIS DOS GRUPOS DE TRABALHO

Vanessa de Paula (facilitadora - GT Assistência Social)
Thays Santos (relatora - GT Assistência Social)
Alessandra Pinheiro (facilitadora - GT Educação)
Luana Silveira (relatora - GT Educação)
Marcos Diniz (facilitador - GT Lazer, Cultura e Esporte)
Josiane Pinto (relatora - GT Lazer, Cultura e Esporte)
Felipe Barcelar (facilitador - GT Saneamento Básico)
Levi Germano (relator - GT Saneamento Básico)
Patricia Ramalho (facilitadora - GT Saúde, Segurança alimentar e Práticas de cuidado)
Isabel Barbosa (relatora - GT Saúde, Segurança alimentar e Práticas de cuidado)
Aristênio Gomes (facilitador - GT Segurança Pública, Violência e Acesso à Justiça)
Marcela Cardoso (relatora - GT Segurança Pública, Violência e Acesso à Justiça)

Diagramação e Projeto Gráfico

Adriana Reis

Revisão

Luiz Assumpção



Projeto Nenhum a Menos



DIREITO DAS CRIANÇAS
YOUTH ROCHA

CRIANÇA TEM QUE TER
NOME. CRIANÇA TEM QUE TER
LAR, TER SAÚDE E NÃO TER
FOME, TER SEGURANÇA E
ESTUDAR.
VITÓRIA, JAMILLY, LUCIANA,
DUDA, MIGUEL, LARA

TODA CRIANÇA NO MUNDO
DEVE SER BEM PROTEGIDA
CONTRA OS RIGORES
TEMPO CONTRA OS RIGORES
RES DA VIDA.



